

Da senzala para as passarelas

Por Marcelo Pinto - 08, Fev de 2012

Quem, ao ler o título, imaginou que vou fazer alguma alusão tardia a angolana Leila Lopes, a Miss Universo 2011, enganou-se. Igualmente como os que pensaram, no embalo dos festejos momescos, ser uma nova versão da inesquecível obra *Ratos e Urubus, Larguem a Minha Fantasia*, do saudoso Joãozinho Trinta.

Porém, não caíram em completo engano aqueles que imaginaram ser um requentado enredo: *Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão*, abordado no indescritível e babesco desfile da Mangueira de 1988, que apenas não saiu vencedor porque a Vila Isabel, com *Kizomba, a festa da raça*, ao apostar no tema que denomina gênero musical e dança originários de Angola, conquistou seu primeiro título no carnaval carioca, ao dizer em alto e bom tom que esta Kizomba que congraça todas as raças em uma mesma emoção, é nossa Constituição.

Quero falar-te, leitor, de algo bem mais áspero e nada encantador, como seria falar do sorriso da *miss*. E bem menos empolgante que o carnaval baiano e carioca, pois o que no momento o que inquieta este que vos escreve foi a divulgação, no dia 31 de janeiro de 2012, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Dieese-Seade) que, das sete principais regiões metropolitanas do Brasil, Salvador foi a que apresentou a maior taxa de desemprego em 2011.

Os dados divulgados indicam que, 15,3% dos soteropolitanos estiveram desempregados no ano passado, uma média quase 5% maior do que a nacional, de 10,5%. Os elevados níveis de desemprego em Salvador, assim como em todo Brasil, decorrem de fatores históricos, que se iniciam com o processo de colonização, o qual foi baseado no

extrativismo (inicialmente do pau-brasil e depois da cana-de-açúcar) e no escravismo (do índio e do negro), com um sistema produtivo voltado, exclusivamente, para o mercado externo, perdurando por séculos este perverso sistema econômico.

Mas porquê uma cidade de grande produção cultural, significativo apelo turístico e razoável industrialização, não consegue ultrapassar as barreiras deixadas pelo passado? Como efetivar o preceito constitucional (art. 170 da CF/88) de que a ordem econômica deve ser fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, para assegurar uma existência digna conforme os ditames da justiça social e observando os princípios da redução das desigualdades regionais e a busca do pleno emprego?

Lembremos que a primeira evolução na ordem econômica de Salvador a retirou do extrativismo para o patrimonialismo. No regime pós-independência, assentando o poder nos barões do café, que durante quase dois séculos, incluindo toda a República Velha, mantiveram uma estrutura econômica agrícola, com pouca valorização da mão de obra em uma base materialista, excludente e preconceituosa que levava a supremacia do interesse individual sobre o coletivo, concentrando ainda todo desenvolvimento no eixo sul-minas, deixando a lator as antigas regiões geradoras de açúcar para Europa, entre elas a nossa.

Nem mesmo o processo de urbanização e industrialização, experimentado no início do século XX, foi suficiente para mudar o modo de se encarar o trabalhador no Brasil, como figura diminuta, descartável, imprestável e preguiçoso. Assistiu-se a um crescimento desordenado das cidades, massificando o desemprego, aveludado em uma política populista, gerando um processo de favelização das metrópoles, de modo que, sem educação, moradia e condições mínimas de dignidade, o trabalhador brasileiro em nada se diferencia do escravo.

A criminosa concentração da renda que se perpetuou desde a formação do estado brasileiro até os dias atuais contribuiu para criação de uma sociedade trina, onde o pai é a desigualdade, o filho a violência e espírito é o patrimonialismo que os liga e os justifica. Nesta sociedade, uma maioria de subintegrados se submete aos interesses de uma minoria abastada, que considera a concessão de uma vaga de emprego uma grande esmola social. Não se visualiza o trabalhador como o elemento essencial do desenvolvimento econômico, muito menos como pessoa, mas primeiro como um custo a ser reduzido a qualquer custo.

O interessante é que, coincidentemente, Salvador é a cidade com maior número de desempregados no Brasil e a mais negra. Ou seja, a cidade que mais concentra os descendentes daqueles a quem um dia se vendeu o engodo da liberdade, mas que em verdade foram jogados da senzala para uma selva onde impera a formação intelectual e o poder econômico, algo situado em um patamar, abissalmente quase intransponível, fazendo que as estes restem à ocupação histórica dos subempregos, daquela velha cozinha na Casa Grande, ou do submundo de fuga da realidade, as drogas, em um silencioso *apartheid* que o brilho da lua de Luanda, conclamado desde o desfile da Vila em 1988, não conseguiu, ainda, destruir.

Desde a Cidade Mãe, o Poder Executivo Municipal não implanta em nossa cidade um programa eficiente de efetivação dos direitos fundamentais, especialmente os sociais. Pelo contrário, continua a tributar excessivamente as pessoas físicas e jurídicas, empurrando os primeiros para o desemprego e os segundos para informalidade e ilegalidade. Em Salvador, se tem a sensação que a atividade informal virou regra e que o emprego é exceção.

Neste diapasão, a cidade coração do Brasil torna-se um amontoado, como disse Caetano, de pretos, pobres e mulatos e quase brancos quase

pretos de tão pobres são tratados. Incluo, como pretos, em passarelas comercializando mercadorias de origem e qualidade duvidosa, em uma total ausência de qualquer modelo organizacional, que prime pela qualidade do serviço e pela limpeza.

Os terminais de ônibus, como a Lapa e a Estação Iguatemi, tornaram-se verdadeiros bolsões de marginalizados e excluídos, que tentam a toda forma sobreviver em uma cidade que os esqueceu. Algo que me faz lembrar que o Haiti é aqui. Em uma cidade essencialmente formada por negros alijados historicamente da formação intelectual mais do que em qualquer lugar, é preciso investir em educação para que se acompanhe as exigências do mercado, que é cruel.

O interessante é que a nossa Miss Universo de 2011 – que me perdoem os irmãos angolanos a ousar chamá-la de nossa – achava que não seria vencedora do concurso em razão da sua timidez, somente passando a acreditar quando diversas pessoas passaram a incentivá-la e dizer-lhe que era possível.

Bem, mas o que isso tem haver com o desemprego em Salvador? Talvez nada. Talvez sejam apenas elucubrações mentais deste que vos fala. Ou tudo a ver, à medida que não é mais possível aceitar o discurso vazio da “prefeitura falida”, da “herança maldita”, da “intriga da oposição” e outras coisas mais. De fato, é difícil transformar esta realidade e colocar o barco soteropolitano para navegar nas águas mansas da doce baía de todos santos, sob as bênçãos de Iemanjá. Tenho a impressão que, mesmo com o pouco vento que temos, mas com um pouquinho de competência, obstinação e trabalho, “sim, nós podemos” mudar esta cidade. Salvo engano, outro negro, que não a Miss, já disse algo parecido com isso.

Custou-nos muito para estarmos livres do acoite da senzala, então não merecemos ficar presos na miséria da favela. Assim, depois do trio-elétrico, do batuque, do canto, dança, do jongo e maracatu, vamos fazer outra Kizomba. Afinal, a Anastácia não se deixou escravizar.

** **Marcelo Pinto da Silva** é mestre em Direito Privado e Econômico pela UFBA, onde também se graduou em Direito em 2004 e se especializou em Direito Civil. É MBA pós-graduado em Gestão de Negócios pela FACCEBA. Advogado, professor de Direito Econômico da Famec, de Direito Civil da Estácio/FIB Bahia e de Bioética da Fasete, em Paulo Afonso/BA, onde participa do Grupo de Estudo e Pesquisa dos Direitos das Minorias e Acessibilidade. marcelopinto.dsp@gmail.com*

Disponível em: <http://www.falasalvador.com.br/?menu=artigo&id=10>